

**(1)**

**Texto:**

**1+1 são 11**

O filho discutia com o pai, insistindo e teimando que 1+1 são 11.

O pai disse:

- Vá até a sorveteria e compre dois picolés.

O filho voltou com os dois picolés e o pai disse:

- Agora me dê 1 e dê o outro para o seu irmão.

Chateado, o filho perguntou:

- E o meu?

O pai responde:

- Fique com os 9 que sobraram.

**Fonte:**

<https://www.dicionariopopular.com/melhores-piadas-para-morrer-de-rir/>

A piada é um gênero textual sendo um texto predominantemente:

A - Narrativo.

B - Descritivo.

C - Dissertativo.

D - Injuntivo.

E - Expositivo.

**(2)**

Assinale a alternativa que apresenta a justificativa para a acentuação da palavra em destaque no trecho: "Vá **ATÉ** a sorveteria e compre dois picolés".

A - Acentuam-se os monossílabos átonos terminadas em E.

B - Acentuam-se as paroxítonas terminadas terminadas em E.

C - Acentuam-se as oxítonas terminadas em E.

D - Acentuam-se os monossílabos tônicos terminadas em E.

E - Acentuam-se palavras derivadas do francês e terminadas em E, sendo admitidos tanto o acento agudo quanto o circunflexo.

**(3)**

Qual o significado da palavra "alvorecer"?

A - Escurecer.

B - Amanhecer.

C - Entardecer.

D - Noite.

---

E - Crepúsculo.

---

(4)

Na piada são usados diversos sinais de pontuação. Assinale a alternativa que apresenta um sinal usado para introduzir diálogo, enumeração, explicação, comentário, esclarecimento, exemplificação ou consequência:

---

A - O filho voltou com os dois picolés e o pai disse:

---

B - O filho discutia com o pai, insistindo e teimando que 1+1 são 11.

---

C - - E o meu?

---

D - - Fique com os 9 que sobraram.

---

E - - Vá até a sorveteria e compre dois picolés.

---

(5)

A palavra destacada na frase: "A humildade é sempre boa conselheira, mesmo quando a **autossegurança** resulta de grande experiência ou baseia-se no uso de avançada tecnologia" possui a grafia de acordo com o novo acordo ortográfico. Sendo assim, qual alternativa abaixo possui, também, uma palavra escrita de acordo com o novo acordo ortográfico?

---

A - Auto-retrato.

---

B - Auto-suficiente.

---

C - Auto-sugestão.

---

D - Autorreflexão.

---

E - Autohipnose.

---

(6)

**A onda**

a onda anda  
aonde anda  
a onda?  
a onda ainda  
ainda onda  
ainda anda  
aonde?  
aonde?  
a onda a onda

Manuel Bandeira BANDEIRA, M. A Estrela da Tarde, 1960

Sobre os tipos de linguagem, é CORRETO afirmar que predomina no texto o uso da linguagem:

---

A - Conotativa.

---

B - Denotativa.

---

C - Regional.

---

D - Técnica.

---

E - Mista.

---

**(7)**

Qual é o processo de formação de palavras em que ocorre a junção de dois ou mais vocábulos, formando uma nova palavra?

---

A - Derivação prefixal.

---

B - Derivação sufixal.

---

C - Derivação parassintética.

---

D - Composição.

---

E - Derivação regressiva.

---

**(8)**

Leia o trecho de uma canção de Cartola, tal como registrado em gravação do autor:

(...) Ouça-me bem, amor,  
Preste atenção, o mundo é um moinho,  
Vai triturar teus sonhos tão mesquinhos,  
Vai reduzir as ilusões a pó.  
Preste atenção, querida,  
De cada amor tu herdarás só o cinismo  
Quando notares, estás à beira do abismo  
Abismo que cavaste com teus pés.

Cartola, "O mundo é um moinho".

<https://www.vagalume.com.br/cartola/o-mundo-e-um-moinho.html>

Hipérbole é uma figura de linguagem que consiste em um exagero das ideias apresentadas. Dessa forma, em qual dos trechos destacados a seguir ocorre essa figura:

---

A - "Ouça-me bem, amor".

---

B - "o mundo é um moinho".

---

C - "De cada amor tu herdarás só o cinismo".

---

D - "Quando notares, estás à beira do abismo".

---

E - "Abismo que cavaste com teus pés".

---

**(9)**

As palavras **ansioso**, **bacharel** e **apto** regem, respectivamente, as preposições:

---

A - Por, em, para.

---

B - Sob, de, a.

---

C - Para, de, a.

---

D - Por, em, de.

---

E - Em, por, a.

---

**(10)**

A concordância nominal está de acordo com a norma-padrão em:

---

A - Diversão e trabalho são compatível com tudo aquilo em que acreditamos.

---

B - É necessário muita tolerância com certos acontecimentos.

---

C - Enviaram anexo ao recebido daquela semana os documentos solicitados.

---

D - Água é bom para saúde.

---

E - Ela está menos cansada que você.

---

**(11)**

Leia atentamente as alternativas a seguir e marque aquela que **NÃO** representa um dos princípios e garantias que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais, contidos no CÓDIGO DE ÉTICA DOS CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS, previsto pelo anexo III da Resolução de nº 125, de 2010.

---

A - Decisão informada.

---

B - Empoderamento.

---

C - Validação.

---

D - Publicidade.

---

E - Autonomia.

---

**(12)**

Atento às **ATRIBUIÇÕES DO FACILITADOR RESTAURATIVO**, de acordo com as disposições previstas na Resolução de nº 225 de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, analise as proposições a seguir, assinalando a alternativa que estiver **INCORRETA**:

---

A - Prestar testemunho em juízo acerca das informações obtidas no procedimento restaurativo.

---

B - Realizar os encontros preliminares com os envolvidos.

---

C - Redigir o termo de acordo, quando obtido, ou atestar o insucesso.

---

D - Utilizar-se de técnica autocompositiva pelo método consensual de resolução de conflito, visando estimular o diálogo e a reflexão dos envolvidos.

---

E - Dialogar nas sessões restaurativas com representantes da comunidade em que os fatos que geraram dano ocorreram.

---

**(13)**

O Ato Conjunto nº 383 de 2016 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amapá é responsável por instituir um programa voltado a dirimir conflitos através da **MEDIAÇÃO** no âmbito:

---

A - Familiar.

---

B - Escolar.

---

C - Profissional.

---

D - Das ações de alimentos.

---

**(14)**

Atento às determinações e orientações da Resolução de nº 125 de 2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, analise as proposições a seguir:

I- Todos os conciliadores, mediadores e outros especialistas em métodos consensuais de solução de conflitos deverão submeter-se a aperfeiçoamento permanente e a avaliação do usuário.

II- Com vistas a propiciar uma maior lisura e imparcialidade de atuação, é imperioso que o conciliador e o mediador recebam, pelo seu trabalho, remuneração prevista em tabela fixada pelo tribunal, não sendo admitida qualquer prestatividade de serviços de natureza assistencial ou voluntária.

III- Compete ao Conselho Nacional de Justiça organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

É válido considerar que está ou estão **CORRETA(S)**:

---

A - Apenas a proposição I.

---

B - Apenas as proposições I e II.

---

C - Apenas as proposições I e III.

---

D - Apenas as proposições II e III.

---

E - Todas as proposições.

---

**(15)**

De acordo com as disposições da Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, formuladas pela Resolução de nº 225 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) Na prática da Justiça Restaurativa, faz-se necessário a limitação dos envolvidos à participação de um ou mais facilitadores restaurativos, do ofensor, da vítima, podendo estas serem assistidas por representantes legais, vedando-se, como forma de evitar a interferência de outros posicionamentos conflitantes, de todos e quaisquer terceiros, mesmo que indiretamente envolvidos.

II- ( ) A aplicação de procedimento restaurativo pode ocorrer de forma alternativa ou concorrente com o processo convencional.

III- ( ) as práticas restaurativas têm como foco a satisfação das necessidades de todos os ofendidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso, destacando a necessidade da reparação do dano.

---

A - I-V; II-V; III-V.

---

B - I-V; II-F; III-F.

---

C - I-F; II-V; III-F.

---

D - I-F; II-F; III-V.

---

E - I-F; II-F; III-F.

---

**(16)**

Atento aos PRINCÍPIOS que orientam a Justiça Restaurativa, conforme disposição do artigo 2º da Resolução nº 225 de 2016, é correto reconhecer a validade das opções abaixo destacadas, com **EXCEÇÃO** da alternativa:

---

A - Responsabilidade objetiva do ofensor.

---

B - Consensualidade.

---

C - Informalidade.

---

D - Celeridade.

---

E - Reparação dos danos.

---

**(17)**

Com base nas disposições expressas no *Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais*, previsto no Anexo III da Resolução nº 125 de 2010, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) Acerca das normas de conduta a serem observadas pelos conciliadores/mediadores para o bom desenvolvimento do procedimento de conciliação/mediação, há de se considerar o dever de respeitar os diferentes pontos de vistas dos envolvidos, assegurando-lhes que cheguem a uma decisão voluntária e não coercitiva, com liberdade para tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo e de interrompê-lo a qualquer momento.

II- ( ) Por não exercerem atividade judicante, aos conciliadores/mediadores não devem ser aplicados ou arguidos os motivos de impedimento e suspeição dos juízes.

III- Em face das regras que regem o procedimento de conciliação/mediação estabelecerem a ausência da obrigação do resultado, há de se considerar que conciliadores e mediadores têm o dever de não forçar um acordo e não tomar decisões pelos envolvidos, não estando autorizados, nem mesmo, a propor opções de acordo, em face da possibilidade de estas estarem eivadas de uma posição tendenciosa.

A - I-V; II-V; III-V.

---

B - I-V; II-F; III-F.

---

C - I-F; II-V; III-V.

---

D - I-V; II-V; III-F.

---

E - I-F; II-F; III-F.

---

**(18)**

Leia atentamente a citação abaixo em destaque, e marque a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

Seguindo a determinação da Resolução de nº 125 de 2010, que dispõe sobre a política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e também com fulcro nos termos do art. 172 do Código de Processo Civil de 2015, o conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de \_\_\_\_\_, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

A - Seis meses.

---

B - Nove meses.

---

C - Doze meses.

---

D - Quinze meses.

---

E - Dezoito meses.

---

**(19)**

Segundo previsão expressa do Código de Processo Civil, marque a alternativa que **NÃO** representa um TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL:

A - A decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.

---

**B** - O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.

---

**C** - A decisão homologatória de autocomposição judicial.

---

**D** - O contrato de seguro de vida e de acidentes pessoais que resulte morte ou incapacidade.

---

**E** - A sentença arbitral.

---

**(20)**

No contexto das atribuições do Conselho Nacional de Justiça, conforme redação da Resolução de nº 225 de 2016, reza o art. 3º, (com sutil adaptação realizada por esta Banca) que: Compete ao CNJ organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à Justiça Restaurativa, pautado por linhas programáticas:

Atento as diversas linhas programáticas previstas, leia atentamente a citação abaixo em destaque e marque a alternativa que **CORRETAMENTE** identifica o caráter da linha programática considerada:

---

**Programa organizado com o objetivo de buscar estratégias de aplicação da Justiça Restaurativa em colaboração com as demais políticas públicas, notadamente segurança, assistência, educação e saúde.**

---

**A** - Interdisciplinar.

---

**B** - Sistêmico.

---

**C** - Interinstitucional.

---

**D** - Universal.

---

**E** - Intersetorial.

---

**(21)**

De acordo com as disposições previstas na Resolução de nº 225 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça, relativas ao **ATENDIMENTO RESTAURATIVO EM ÂMBITO JUDICIAL**, analise as proposições a seguir:

I- A autoridade policial poderá sugerir, no Termo Circunstanciado ou no relatório do Inquérito Policial, o encaminhamento do conflito ao procedimento restaurativo.

II- Ao final da sessão restaurativa, caso não seja necessário designar outra sessão, poderá ser assinado acordo que, após ouvido o Ministério Público, será homologado pelo magistrado responsável, preenchidos os requisitos legais.

III- Não obtido êxito na composição, fica vedada a utilização de tal insucesso como causa para a majoração de eventual sanção penal ou, ainda, de qualquer informação obtida no âmbito da Justiça Restaurativa como prova.

É válido considerar que está ou estão **CORRETA(S)**:

---

**A** - Apenas a proposição II.

---

**B** - Apenas as proposições I e II.

---

**C** - Apenas as proposições I e III.

---

**D** - Apenas as proposições II e III.

---

**E** - Todas as proposições.

---

**(22)**

Leia atentamente a citação abaixo em destaque e marque a alternativa que completa corretamente a lacuna:

---

No contexto da Mediação Extrajudicial, conforme disposição da Lei nº 13.140 de 2015, o convite formulado por uma parte à outra considerar-se-á rejeitado se não for respondido em até \_\_\_\_\_ dias da data de seu recebimento.

---

A - Sete.

---

B - Quinze.

---

C - Vinte e um.

---

D - Trinta.

---

E - Quarenta e cinco.

---

**(23)**

Reconhecendo a importância dos conciliadores e mediadores para a solução de conflitos pela via da autocomposição, o ordenamento jurídico pátrio, a exemplo do art. 167 do CPC, estabelece que os conciliadores e os mediadores serão inscritos em cadastro nacional e em cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, que manterá registro de profissionais habilitados, com indicação de sua área profissional. Contudo, vale considerar que a manutenção destes auxiliares em CADASTRO, implica a obediência à padrões de conduta, orientados em diversos preceitos legais, a exemplo do Código de Ética dos Conciliadores e Mediadores Judiciais.

O Código de Processo Civil, de forma expressa, destaca condutas ou comportamentos que implicam na a **EXCLUSÃO** de conciliadores e mediadores destes cadastros. Acerca do tema em destaque, destacamos três comportamentos/condutas, indicadas pelas proposições a seguir:

I- Agir com dolo ou culpa na condução da conciliação ou da mediação sob sua responsabilidade.

II- Atuar em procedimento de conciliação ou mediação, apesar de impedido ou suspeito.

III- Descumprir o dever de sigilo, inerente às suas funções, divulgando ou depondo acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou mediação. Incorrerá na **EXCLUSÃO de cadastro**, o conciliador ou mediador que praticar o comportamento/conduta indicado:

---

A - Apenas na proposição II.

---

B - Apenas nas proposições I e II.

---

C - Apenas nas proposições II e III.

---

D - Apenas nas proposições I e III.

---

E - Em todas as proposições.

---

**(24)**

A Resolução de nº 125 de 2010, responsável por dispor sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, estabelece em seu anexo III o CÓDIGO DE ÉTICA DE CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS, especificando, em seu art. 1º, os princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais.

Em relação ao exposto, leia atentamente a citação abaixo em destaque (adaptada) e marque a alternativa que identifica o princípio considerado, segundo a descrição do embasamento legal mencionado:

---

Os conciliadores e mediadores judiciais devem agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente.

---

A - Autonomia.

---

B - Isonomia.

---

C - Imparcialidade.

---

D - Confidencialidade.

---

E - Objetividade.

---

**(25)**

A Resolução de nº 125 de 2010 dispõe em seu artigo 15, ressaltando que sua implementação será gradativa, observadas as possibilidades técnicas, sobre a criação do *PORTAL DA CONCILIAÇÃO*, a ser disponibilizado no sítio do Conselho Nacional de Justiça, listando algumas de suas funcionalidades, dentre as quais, expressamente, **NÃO** se pode considerar:

---

A - Publicação das diretrizes da capacitação de conciliadores e mediadores.

---

B - Fórum permanente de discussão, facultada a participação da sociedade.

---

C - Publicação de acórdãos jurisprudenciais sobre autocomposição de conflitos.

---

D - Compartilhamento de boas práticas, projetos, ações, artigos, pesquisas e outros estudos.

---

E - Publicação do Código de Ética dos Conciliadores e Mediadores Judiciais.

---

**(26)**

Surgindo como contraposição à concepção tradicional da justiça criminal punitiva-retributiva, a *Justiça Restaurativa e as suas respectivas práticas*, foram regulamentadas pela primeira vez, no âmbito do direito internacional, por meio de uma Resolução da ONU, momento em que passa a figurar como uma recomendação aos Estados membros. Por mais que algumas experiências já tivessem sido adotadas no Brasil, formalmente, há de se considerar que a sua normatização ocorreu em 2016, com a Resolução de nº 225 do Conselho Nacional de Justiça, que, coadunando-se ao direito de acesso à justiça previsto no art. 5º, XXXV da Constituição Federal, passou a primar, na solução efetiva dos conflitos, por uma ordem jurídica mais justa e que compreenda o uso de meios consensuais.

Atento às disposições previstas na Resolução de nº 225 de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo.

II- Havendo concordância mútua das partes quanto à adoção de procedimento restaurativo no solucionamento do conflito, fica estabelecido a sua primazia e substituição em relação ao processo convencional, que se manterá suspenso por prazo indeterminado, só podendo este ser reativando em razão do insucesso da autocomposição.

III- Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam como verdadeiros os fatos essenciais do conflito, implicando em inequívoca admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial.

---

A - I-F; II-F; III-F.

---

B - I-V; II-F; III-F.

---

C - I-F; II-V; III-V.

---

D - I-V; II-V; III-V.

---

E - I-V; II-V; III-F.

---

**(27)**

Acerca do litisconsórcio, segundo entendimento majoritário doutrinário e previsão do Direito Processual Civil, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeiro e (F) se for falso, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) De acordo com o Código de Processo Civil, dentre as razões que justificam o litisconsórcio é possível considerar a existência de comunhão de direitos ou obrigações relativamente à lide.

II- ( ) A doutrina reconhece a utilidade do litisconsórcio facultativo por consubstanciar a possibilidade de, em uma só decisão, resolverem-se diversas lides, evitando-se decisões por vezes contraditórias.

III- ( ) Litisconsórcio é o fenômeno processual que ocorre quando há uma pluralidade de partes na mesma lide. Ou seja, quando duas ou mais pessoas, na parte ativa ou passiva, dividem o mesmo lado, ou lados opostos, no processo.

---

A - I-V; II-F; III-F.

---

B - I-F; II-V; III-V.

---

C - I-V; II-V; III-F.

---

D - I-V; II-V; III-V.

---

E - I-F; II-F; III-V.

**(28)**

É possível que as partes venham a estabelecer previamente na celebração de um CONTRATO, que os possíveis conflitos venham a ser dirimidos através da MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL. Acerca da situação descrita, a Lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias, estabelece que referida previsão contratual deverá conter, no mínimo, **EXCETO**:

---

A - O local da primeira reunião de mediação.

---

B - Os critérios de escolha do mediador ou equipe de mediação.

---

C - O prazo mínimo e máximo para a realização da primeira reunião de mediação, contado a partir da data de recebimento do convite.

---

D - A relação pormenorizada das condições ou das obrigações que devem ser adimplidas pelo reclamado, para que o reclamante considere satisfeita a sua pretensão.

---

E - A penalidade em caso de não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação.

**(29)**

Com base nas disposições previstas pela Resolução de nº 225 de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, analise as proposições a seguir:

I- O facilitador restaurativo só poderá propor às partes envolvidas no conflito um plano de ação com orientações, sugestões e encaminhamentos que visem à não recidiva do fato danoso quando do êxito da autocomposição.

II- O facilitador restaurativo é responsável por criar ambiente propício para que os envolvidos promovam a pactuação da reparação do dano e das medidas necessárias para que não haja recidiva do conflito, mediante atendimento das necessidades dos participantes das sessões restaurativas.

III- Ao final da sessão restaurativa, caso não seja necessário designar outra sessão, poderá ser assinado acordo que, após ouvido o Ministério Público, será homologado pelo magistrado responsável, preenchidos os requisitos legais.

É válido considerar que está ou estão **CORRETA(S)**:

---

A - Apenas a proposição II.

---

B - Apenas as proposições I e II.

---

C - Apenas as proposições II e III.

---

D - Apenas as proposições I e III.

---

E - Todas as proposições.

**(30)**

A previsão da audiência de conciliação/mediação consistiu em uma das principais inovações estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Possibilitando às partes, em sua autonomia privada, chegar a um consenso que, por sua rapidez e praticidade, seja mais vantajoso que uma decisão imposta por um juiz. Segundo entendimento do CPC, observa-se que a regra é que haja a audiência de conciliação/mediação, sendo a sua não realização, a exceção, impondo a lei uma série de condições que devem ser atendidas por inteiro para que a referida audiência não aconteça. Desta feita, pela inequívoca relevância dada pela Lei Processual Civil à audiência de conciliação/mediação, natural seria que a mesma viesse a dedicar especial atenção, impondo consequências jurídicas, à *ausência injustificada das partes*.

Acerca das consequências jurídicas previstas pelo Código de Processo Civil em relação à ausência injustificada das partes na audiência de conciliação/mediação, analise as proposições a seguir, marcando a opção que estiver **CORRETA**:

---

**A** - Em sendo a parte faltante o autor da ação, o juiz decidirá pela extinção do processo, sem julgamento de mérito.

---

**B** - A consequência é única, independentemente de quem seja a parte ausente, se autora ou ré. A consequência é aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, revertida em favor da União ou do Estado.

---

**C** - Em sendo a parte faltante o réu, o juiz decidirá por sua revelia, recepcionando os fatos alegados pelo autor como uma presunção relativa de veracidade.

---

**D** - Em sendo a parte faltante o réu, o juiz o declarará litigante de má fé, é aplicará uma multa por tentativa de obstrução da justiça, convertendo o valor devido em benefício do autor.

---

**E** - Em sendo a parte faltante o autor, o juiz determinará, além de aplicar uma multa por desrespeito à justiça, convertida em benefício da União ou do Estado, o cancelamento da audiência de conciliação e julgamento, despachando em ordem pela sua conversão em audiência de instrução e julgamento.

---

**(31)**

Atento às disposições do Ato Normativo nº 003 de 2018, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, responsável pela regulamentação da utilização do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp ou outros aplicativos semelhantes nas rotinas processuais e pré-processuais dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), analise as proposições a seguir:

I- O Ato Normativo considerado regulamentou a possibilidade de utilização de aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp e outros similares como meio de comunicação para a realização digital de sessões e audiências de conciliação, mediação e de outras práticas compositivas, que permitam a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo.

II- Considerar-se-á realizada a intimação no momento em que o aplicativo de mensagens indicar que a mensagem foi lida, ou quando, por qualquer outro meio idôneo, for possível identificar que a parte tomou ciência, devendo o servidor certificar nos autos.

III- Os advogados serão intimados pelos meios regulares previstos no ordenamento jurídico, salvo se pleitearem e aderirem expressamente ao procedimento previsto no Ato Normativo considerado.

É válido considerar que está ou estão **CORRETA(S)**:

---

**A** - Apenas a proposição II.

---

**B** - Apenas as proposições I e II.

---

**C** - Apenas as proposições II e III.

---

**D** - Apenas as proposições I e III.

---

**E** - Todas as proposições.

---

**(32)**

De acordo com as *disposições gerais da mediação*, conforme expressão da Lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição no âmbito da administração pública, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) Somente o conflito que verse sobre direitos disponíveis poderá ser objeto de mediação.

II- ( ) Em respeito aos princípios da efetividade e da celeridade, que rezam, respectivamente, que a mediação deve ser um instrumento apto para resolver o conflito e que este deve ser obtido no menor tempo possível, não é admissível que a mediação verse sobre parte do conflito, devendo se ater a sua integralidade.

III- ( ) A oralidade, a informalidade e a boa fé, são alguns dos princípios que orientam a mediação.

A - I-V; II-V; III-V.

B - I-F; II-V; III-F.

C - I-V; II-F; III-V.

D - I-F; II-F; III-V.

E - I-F; II-F; III-F.

**(33)**

Desde que o processo civil alcançou a posição de ciência autônoma, fez-se necessário à elaboração de seus princípios. Impondo que, durante a aplicação e a interpretação da lei processual, os princípios gerais do processo civil, jamais poderão deixar de serem observados, servindo como premissas que servem como ponto de partida, ou seja, uma direção para melhor aplicação e interpretação da ciência processual civil. Dentro desta abordagem, há de se considerar que os princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal são os pilares que sustentam toda a estrutura processual civil na jurisdição brasileira, garantindo que as prerrogativas individuais e sociais se concretizem, solucionando conflitos de forma justa e prevenindo ameaças de direitos.

Atento ao compilado de PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS que regem a interpretação e aplicabilidade do direito processual civil brasileiro, leia criteriosamente a citação abaixo em destaque e marque em seguida a alternativa que identifica o princípio considerado:

A sua observância impõe que os processos sejam julgados por autoridade competente e habilitada para o cumprimento da jurisdição, cuja competência deverá seguir as regras já existentes no ordenamento jurídico, não podendo ser modificada a posteriori, ou seja, a autoridade judiciária que julgará certo caso deverá preexistir ao fato a ser julgado, sendo vedada a criação de juízo após os acontecimentos.

A - Princípio do Duplo grau de Jurisdição.

B - Princípio do Juiz Natural.

C - Princípio do Acesso à Justiça.

D - Princípio da Jurisdição Motivada.

E - Princípio da Isonomia.

**(34)**

Acerca das *disposições comuns em relação aos mediadores*, ou seja, aplicadas aos mediadores extrajudiciais e judiciais, conforme expressão da Lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição no âmbito da administração pública, analise as proposições a seguir:

I- Aos necessitados será assegurada a gratuidade da mediação.

II- O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

III- O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

É válido considerar que está ou estão **CORRETAS**:

A - Apenas a proposição I.

B - Apenas as proposições I e II.

C - Apenas as proposições I e III.

D - Apenas as proposições II e III.

---

E - Todas as proposições.

---

**(35)**

Atento às disposições da Lei nº 13.140 de 2015, acerca da *mediação judicial*, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- ( ) Na mediação judicial, os mediadores não estarão sujeitos à prévia aceitação das partes.

II- ( ) Solucionado o conflito pela mediação antes da citação do réu, não serão devidas custas judiciais finais.

III- ( ) O procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até quarenta e cinco dias, contados da primeira sessão, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.

---

A - I-V; II-F; III-V.

---

B - I-F; II-V; III-F.

---

C - I-V; II-V; III-F.

---

D - I-F; II-F; III-V.

---

E - I-V; II-V; III-V.

---

**(36)**

Apesar de conter outros dispositivos que tratam dos conciliadores e mediadores e das consequências da transação, efetivamente, o Código de Processo Civil disciplinou as regras específicas da audiência de conciliação/mediação somente em um artigo, o 334, abrangendo de forma bastante robusta diversas situações, em face da existência de inúmeros parágrafos.

Atento aos referidos preceitos, orientando-se muito mais pelo seu sentido interpretativo, conforme embasamento doutrinário, ao invés da mera reprodução literal, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeiro e (F) se for falso, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) Se o ato processual presente for a própria audiência de conciliação/mediação, a atuação do conciliador/mediador será necessária, se existir tal auxiliar da justiça na localidade.

II- ( ) Independentemente de o litisconsórcio ser ativo ou passivo, se apenas um dos litisconsortes manifestar desinteresse na audiência de conciliação/mediação, o juiz deverá proceder o seu cancelamento.

III- ( ) A depender da propensão das partes a chegar a um consenso e da natureza do direito envolvido, onde se evidenciar uma melhor resolução pela conciliação em face de uma relação mais duradoura entre partes, a exemplo dos conflitos em família, a lei possibilita a designação de outra(s) audiência(s) de conciliação(s), sem estabelecer um quantitativo limite.

---

A - I-V; II-F; III-V.

---

B - I-F; II-V; III-F.

---

C - I-V; II-V; III-V.

---

D - I-V; II-V; III-F.

---

E - I-F; II-F; III-F.

---

**(37)**

Atento às disposições comuns do procedimento de mediação, conforme expressão da Lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição no âmbito da administração pública, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) As partes só poderão ser submetidas à mediação desde que não haja processo judicial em curso referente ao litígio.

II- ( ) O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo judicial, independentemente de sua homologação judicial.

III- ( ) Visando garantir a transparência da mediação e o pleno conhecimento dos litigantes quanto à condução do procedimento de mediação, é terminantemente vedada a reunião do mediador com qualquer uma das partes separadamente.

A - I-V; II-F; III-V.

B - I-F; II-F; III-F.

C - I-F; II-V; III-V.

D - I-V; II-F; III-F.

E - I-F; II-V; III-F.

**(38)**

Atento às disposições previstas na Lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação no meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, analise as proposições seguintes, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

I- ( ) Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.

II- ( ) Na mediação extrajudicial, comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador deverá suspender o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.

III- ( ) Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

A - I-V; II-V; III-V.

B - I-V; II-V; III-F.

C - I-F; II-V; III-F.

D - I-F; II-F; III-V.

E - I-V; II-F; III-V.

**(39)**

Abaixo, em destaque, apresentamos uma citação desenvolvida com base na disposição legal prevista no art. 165, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.

Apesar de serem métodos muito similares, o CPC, nos preceitos considerados, faz uma diferenciação entre conciliadores e mediadores judiciais.

Como se poderá perceber, propositadamente, algumas passagens do texto foram suprimidas. A partir de uma leitura criteriosa e com base em seus conhecimentos sobre as audiências de conciliação e mediação, segundo os dispositivos do CPC referidos, marque a alternativa que apresenta as expressões que completam, correta e respectivamente, as lacunas apresentadas:

Segundo o Código de Processo Civil, o \_\_\_\_\_ I \_\_\_\_\_ atua preferencialmente nas ações, nas quais \_\_\_\_\_ II \_\_\_\_\_ vínculo entre as partes, \_\_\_\_\_ III \_\_\_\_\_ sugerir soluções.

A - I- Mediador; II-Houver; III-Podendo.

B - I-Conciliador; II-Não houver; III-Não podendo.

C - I-Mediador; II-Houver; III-Não podendo.

D - I-Conciliador; II-Não houver; Podendo.

**(40)**

Analise atentamente as proposições a seguir com base nos critérios estabelecidos pela Lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias, para a realização da primeira reunião de mediação, quando as partes, ao celebrar a pactuação em contrato da POSSIBILIDADE DE MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL, não o fazem por meio de previsão CONTRATUAL COMPLETA:

I- O local deve ser adequado a uma reunião que possa envolver informações confidenciais.

II- Deverá ser enviado um convite, contendo a lista de cinco nomes, informações de contato e referências profissionais de mediadores capacitados; podendo a parte convidada escolher, expressamente, qualquer um dos cinco mediadores e, caso a parte convidada não se manifeste, considerar-se-á aceito o primeiro nome da lista.

III- O não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação acarretará a assunção por parte desta de cinquenta por cento das custas e honorários sucumbenciais caso venha a ser vencedora em procedimento arbitral ou judicial posterior, que envolva o escopo da mediação para a qual foi convidada.

É válido considerar que está ou estão **CORRETA(S)**:

---

A - Apenas a proposição I.

---

B - Apenas as proposições I e II.

---

C - Apenas as proposições I e III.

---

D - Apenas as proposições II e III.

---

E - Todas as proposições.

---